



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

COMMULHER - SANTOS/SP

Lei Municipal nº. 2.039 de 30/07/2002

1 **Ata da 178ª. Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da**
2 **Mulher – COMMULHER.** Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e dezessete,
3 às 15:00 horas, nas dependências da Casa de Participação Comunitária, situada à
4 Rua XV de novembro, 183 – Centro Histórico, em Santos/SP, realizou-se a 178ª
5 Assembleia Geral Ordinária com a presença das conselheiras, cujas assinaturas
6 constam da lista de presença, parte integrante desta ata e justificadas as ausências.
7 Compuseram a mesa para condução dos trabalhos, a Sra. Presidente Cícera Severina
8 da Conceição Musa, a Sra. Vice-Presidente Ana Lucia Rezende e a 1ª Secretária Diná
9 Ferreira Oliveira. Iniciando a reunião a Sra. Presidente cumprimentou e agradeceu a
10 presença de todas. Em seguida iniciou a pauta da Assembleia. **Item 1** – Deliberação
11 da Ata da Assembleia Geral Ordinária de outubro/2017 - A Ata foi aprovada sem
12 ressalvas. **Item 2** – Relatos da Diretoria Executiva – A conselheira Diná relatou
13 participação em evento realizado na Câmara Municipal, organizado pelo Gabinete da
14 Vereadora Audrey Kleys onde foi informado ações realizadas e destinação de
15 emendas. Na apresentação constaram cinco slides sobre o Plano Municipal de
16 Políticas para Mulheres e que foram realizadas reuniões sobre ações que constam no
17 Plano, como por exemplo a Ação 6.4 do Eixo II – Autonomia, Igualdade no Mundo do
18 Trabalho e Cidadania. Em seguida, as conselheiras comentaram que consideram
19 importante a participação de representantes do Conselho nas reuniões sobre as Ações
20 do Plano, visto que o mesmo foi elaborado pelo Conselho e é papel do Conselho o
21 acompanhamento, monitoramento e a fiscalização das ações do Plano. Essa
22 reivindicação já foi solicitada à Sra. Marinilza Monteiro, assessora da Vereadora,
23 presente na AGO-176ª do dia 11 de setembro e registrada em Ata. Foi definido o envio
24 de Ofício ao Gabinete da Vereadora reiterando a solicitação. **Item 3** – Relatos das
25 Câmaras Setoriais – Na reunião de Câmara do dia 23 de outubro, foi realizado
26 levantamento das ausências nas Assembleias, tanto do Poder Público como da
27 Sociedade Civil e definido o envio de ofícios informando as faltas e solicitando a
28 confirmação e/ou alteração das respectivas indicações. A Sra. Valéria Gallotti comenta
29 que a Câmara de Planejamento e Projetos deve ter a responsabilidade do
30 monitoramento do Plano, comentou também que os Conselhos são municipalizados e
31 não devem ter em sua composição órgãos do Estado. **Item 4** – Deliberação de
32 procedimentos para a realização do XVI Encontro COMMULHER – Foi deliberado que
33 o XVI Encontro será no dia 16 de março de 2018 e em seguida houve ampla
34 discussão sobre vários temas que poderiam ser abordados no Encontro, mas sem
35 definição. A conselheira Conceição Dante colocou a Universidade Santa Cecília à
36 disposição quanto ao local como aos profissionais para ministrarem palestra. Foi
37 proposto a continuação da discussão na reunião de Câmaras. **Item 5** – Análise dos
38 dados referentes ao índice de analfabetismo entre as mulheres do município – A
39 conselheira Diná informou que entrou em contato com a Secretaria de Assistência
40 Social para obter dados das mulheres analfabetas informados pelo Censo 2010 que
41 considerou mulheres a partir dos 10 anos e relatou que por meio do Cadastro Único é
42 possível identificar essas mulheres porque no Cadastro elas se autodeclararam
43 analfabetas. Foi solicitado levantamento dessa informação, a partir dos 13 anos e por



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER
COMMULHER - SANTOS/SP
Lei Municipal nº. 2.039 de 30/07/2002

44 bairro e constatamos 1.233 mulheres analfabetas. Foi solicitado, também, para a
45 Secretaria de Educação a relação das Escolas, por bairro, onde se realiza o EJA e já
46 informado. Foi deliberado que essas informações devem ser analisadas pela Câmara
47 de Planejamento e Projetos para futura proposta de atuação e como sugestão
48 começar pelos Bairros onde tem o EJA. **Item 6** – Assuntos Gerais – A conselheira Ana
49 Lucia, representante da Secretaria de Cultura, entregou Ofício nº 445/2017 –
50 GAB/SECULT em resposta ao Ofício do Conselho sobre as Propostas para o PPA
51 2018/2021. A conselheira Diná informa alteração na Lei Maria da Penha sancionada
52 pelo Presidente da República, quanto ao atendimento da mulher vítima de violência e
53 ficou de enviar a publicação para o Conselho para posterior envio às conselheiras. A
54 conselheira Roseli Caneloi dos Santos, representante da SEAS, relatou dificuldades
55 com a Delegacia da Mulher na realização de medidas protetivas para mulheres
56 vítimas de violência. Foi sugerido agendar reunião na Delegacia de Defesa da Mulher
57 com a Presidente do Conselho, Coordenadoria da Mulher e representante da
58 Secretaria de Assistência Social. A Presidente Cícera Musa fez relato de presenciar
59 cena de violência contra a Mulher em espaço público. A conselheira Elza Pereira dos
60 Santos divulga caminhada no dia 25 de novembro, Dia Internacional da Não Violência
61 contra a Mulher. A conselheira Liliane Rezende, representante da Secretaria de
62 Educação, divulga Audiência Pública no dia 28 de novembro às 14:30 horas na
63 Câmara Municipal sobre Justiça Restaurativa. A Presidente relata reunião na
64 Ouvidoria sobre Participação Direta nos Resultados – PDR agora com a inclusão dos
65 Conselhos e que os mesmos devem dar publicidade para todos os Atos realizados,
66 estiveram presentes 18 Presidentes de Conselhos. Em seguida, a conselheira Elza leu
67 texto sobre otimismo. Sem mais nada a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a
68 presença de todos, dando por encerrada a reunião, onde eu, Diná Ferreira Oliveira,
69 redigi a presente Ata que vai assinada por mim e pela Presidente Cícera Severina da
70 Conceição Musa.

71

72

73 **Cícera Severina da Conceição Musa**

Presidente do COMMULHER

Diná Ferreira Oliveira

1ª. Secretária

74

75

76

77